

**O PROJÓVEM CAMPO - SABERES DA TERRA E SUA CONTRIBUIÇÃO  
PARA A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL PELOS  
JOVENS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES**

***EL PROJÓVEM CAMPO - SABERES DE LA TIERRA Y SU  
CONTRIBUCIÓN PARA LA FORMACIÓN Y DESARROLLO DEL CAPITAL  
SOCIAL POR LOS JÓVENES AGRICULTORES FAMILIARES***

***THE PROJÓVEM FIELD - KNOWLEDGE OF THE EARTH PROJECT AND ITS  
CONTRIBUTION TO THE EDUCATION AND DEVELOPMENT OF THE  
SOCIAL CAPITAL BY THE YOUNG FARMERS (FAMILY)***

Elaine Aparecida de Souza APOLONIO<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Projovem Campo – Saberes da Terra, é uma modalidade do Projovem, uma política pública do Ministério de Educação, através da DPEJUN/SECADI/MEC, em parceria com a secretaria de Educação do Estado, no nível fundamental de Educação de Jovens Adultos, unificando qualificação social e profissional, visando à potencialização das capacidades dos jovens do campo, com idades entre 18 e 29 anos. Apresentaremos a temática juventude e contemporaneidade, através de um breve histórico do tema em questão, e a política pública para o segmento da juventude, na área de educação, o programa Projovem Campo- Saberes da Terra. Analisaremos essa experiência escolar à luz da teoria do capital social, ligadas à capacitação de jovens e adultos agricultores (as), sob a perspectiva oficial de educação, dentro da orientação metodológica do Projovem Campo Saberes da Terra, com vistas a contribuir para uma interpretação crítica da construção de capital social pelos jovens agricultores (as).

**PALAVRAS-CHAVE:** Política pública. Educação de jovens e adultos. Qualificação profissional. Capital social. Projovem.

**RESUMEN:** *El Projovem Campo - Saberes de la Tierra, es una modalidad de Projovem, una política pública del Ministerio de Educación, a través de la DPEJUN / SECADI / MEC, en asociación con la secretaría de Educación del Estado, en el nivel fundamental de Educación de Jóvenes Adultos, unificando la cualificación social y profesional, buscando la potenciación de las capacidades de los jóvenes del campo, con edades entre 18 y 29 años. Presentaremos la temática juventud y contemporaneidad, a través de un breve histórico del tema en cuestión, y la política pública para el segmento de la juventud, en el área de educación, el programa Projovem Campo-Saberes de la Tierra. Analizamos esta experiencia escolar a la luz de la teoría del capital social, ligadas a la capacitación de jóvenes y adultos agricultores (as), bajo la perspectiva oficial de educación, dentro de la orientación metodológica del Projovem Campo*

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara – SP – Brasil. Doutoranda em Ciências Sociais - Unesp/FCLAR. E-mail: lanapolonio@yahoo.com.br.

*Saberes de la Tierra, con miras a contribuir a una interpretación crítica de la construcción de capital social por los jóvenes agricultores.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Política pública. Educación de jóvenes y adultos. Calificación profesional. Capital social. ProJovem.*

**ABSTRACT:** *Projovem Campo - Saberes da Terra is a modality of ProJovem, a public policy of the Ministry of Education, through the DPEJUN / SECADI / MEC, in partnership with the State Education Secretariat, at the fundamental level of Young Adult Education, unifying social and professional qualification, aiming at strengthening the capacities of young people in the countryside, aged between 18 and 29 years. We will present the theme youth and contemporaneity, through a brief history of the theme in question, and the public policy for the youth segment, in the area of education, the Projovem Campo-Saberes da Terra program. We will analyze this school experience in light of the theory of social capital, linked to the training of young and adult farmers, under the official perspective of education, within the methodological orientation of Projovem Campo Saberes da Terra, with a view to contributing to a critical interpretation the construction of social capital by young farmers.*

**KEYWORDS:** *Public policy. Youth and adult education. Professional qualification. Social capital. ProJovem.*

## **Introdução**

*A Sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se ela tivesse por fim apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com homens e mulheres, mesmo quando aqueles homens e mulheres, à maneira de marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não tiver como tarefa restituir a esses homens e mulheres o sentido de suas ações.*

*Pierre Bourdieu, 'O camponês e seu corpo'. (2006)*

É um fato que desde a colonização do Brasil, a distribuição e posse de terras em nosso país é desigual, pois é propriedade de poucos, e cada vez mais, se acentua a exploração do homem do campo, pois com o advento do Agronegócio, os pequenos proprietários ficam alijados de participação em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Desde o início do século passado, com a crescente modernização do país e o fortalecimento do poder político, da burguesia urbana industrial, e a superação da

oligarquia rural, o operariado urbano ganha força e voz, e surgem inúmeras lutas por seus direitos sociais e trabalhistas.

As lutas e manifestações, nascidas no meio urbano, logo alcançam o meio rural, onde inúmeros movimentos se fizeram presentes em todo o século passado, alcançando nossos dias, e além de melhores condições de trabalho, saúde e moradia, o homem do campo também reivindica educação de qualidade na zona rural.

Entendemos a trajetória e importância da luta do homem do campo, e o descompasso entre a interpretação e incorporação do problema camponês, e a questão agrária, que geralmente caminha mais rápido que a política do setor.

Segundo, Oliveira e Barbosa (2011) durante a década de 1990, os movimentos sociais do campo desencadeavam lutas por melhoria da educação, em nível nacional, exercendo pressão junto [...] “ao Estado com vistas à proposição de políticas públicas voltadas para a educação dos povos do campo, deslocando a ênfase de uma educação rural, fundada em um modelo de educação urbana para pensar a educação de campo na perspectiva do direito à educação, construída pelos sujeitos do campo e voltada à consideração da sua diversidade cultural, articulando as especificidades da EJA aos aspectos distintivos da educação do campo”.

Atualmente incontáveis estudos abordam o tema juventude nas ciências humanas e sociais, sendo este um objeto de reflexão, com perspectivas diferenciadas, embora, muitos estudos enfocam apenas aspectos negativos como: drogadição e abuso de álcool, gravidez precoce e a delinquência juvenil, e o jovem retratado geralmente é o jovem urbano.

### **Juventude na contemporaneidade**

Parizotto e Tonelli (2005) chamam a atenção para a necessidade de reflexão sobre os termos juventude e modernidade e o inter-relacionamento entre eles, já que possuem tanto aspectos positivos, quanto aspectos negativos [...] “Relacionar juventude e modernidade significa a aproximação de dois mitos que atualmente desfrutam enorme expansão. O primeiro refere-se ao adolescente dotado de espontaneidade, sempre renovada pelas vidas jovens, acompanhada das inúmeras oportunidades presentes”.

O segundo relaciona-se ao “modernismo”, ou seja, a atualidade acompanhada pela rapidez com que a nossa história avança e, ao mesmo tempo, pela necessidade de

constante de renovação. Mediante tais explicações, cabem os seguintes questionamentos: Quais as expectativas da sociedade moderna frente ao comportamento do adolescente? Será que esta mesma sociedade contribui para que este adolescente se desenvolva de maneira “saudável”? (PARIZOTTO; TONELLI, p. 92).

Essas são algumas das questões apontadas pelas autoras, como dilemas colocados para a humanidade, e consequentemente para a comunidade científica, sobre a juventude; onde cada vertente científica apresenta uma concepção acerca do termo; buscando uma definição mais objetiva e acompanhando o indivíduo em desenvolvimento da maturidade à idade adulta. (PARIZOTTO; TONELLI, 2005).

E a partir do século XX, temos uma classificação de ‘geração em geração’, que é inclusive contestada por alguns historiadores, que ora jogam as idades para mais ou para menos, mas mesmo com algumas incongruências acadêmicas. Apresentamos, a seguir, a classificação de gerações, pois nos dá uma noção da influência da história e da política sobre a juventude. Segue a classificação criada pelos historiadores Strauss e Howe (1991), citada por Savage (2009), que inicia a descrição com a:

- ✓ Grande geração que vai de 1901 a 1924 (quem teve idade para presenciar e lutar na Segunda Guerra). Eram tidos como conservadores, mas alguns de seus membros tornaram-se ícones para os jovens. Personagens: Marlon Brando (1924-2004), J. D. Sallinger (1919-2010) e Jack Kerouac (1922-1969).
- ✓ Geração Silenciosa (1925-1942) essa é considerada a geração rock in roll e da revolução sexual. De silenciosa, tinha pouco. Personagens: Elvis Presley (1935-1977), Bob Dylan (1941-) e John Lennon (1940-1980).
- ✓ Baby Boomers (1943-1960) esses são os filhos da prosperidade e otimismo do pós-guerra, o que causou um súbito aumento populacional (o boom de bebês). São a geração dos hippies e punks. Personagens: Jim Morrison (1943-1971) e Janis Joplin (1943-1970).
- ✓ Geração X (1961-1981) esses são bem menos idealistas - e, em países desenvolvidos, em menor número - que os boomers, são tidos como cínicos e niilistas, focados em vitórias pessoais. Personagens: Kurt Cobain (1976-1994) e Jack White (1975-)
- ✓ Geração Y (1981-1990) esses são chamados de "geração Peter Pan", são mais próximos dos pais que os membros da Geração X. Tendem a morar em casa até mais tarde e se interessam por política. Personagem: Amy Winehouse (1983-2011).

- ✓ Geração Z (1990-) esses jovens nasceram no pleno desenvolvimento da tecnologia. Os membros dessa geração tiveram contato direto com a internet - e música por download - desde a infância. São 100% digitais. Personagem: Justin Bieber.

É a partir da década de 1990 que a juventude passa a ter mais visibilidade nas agendas públicas, sendo vistos como sujeitos de direitos, segundo Caliari e Siqueira (2010 apud PAIS 2003) [...] “pela primeira vez, na história brasileira”. No entanto, as políticas públicas formuladas, tanto na área da assistência social, da educação, quanto da segurança pública, carregam o estigma da ‘juventude problema’; pois este segmento da sociedade é apresentado com ênfase no enfoque negativo, como vítimas ou protagonistas de inúmeras dificuldades.

Através do processo de redemocratização do país a sociedade civil se organizou para buscar soluções para os inúmeros problemas políticos enfrentados pelo Brasil e [...] “implicou transformações nas relações sociais e de poder, reinterpretação de direitos e deveres, revisão de conceitos e exigência de novos códigos de conduta que reconhecessem a pluralidade dos atores, a multiplicidade de organizações e formas de ação, assim como o reconhecimento dessas diferenças enquanto direito. O debate em torno dos interesses, dos conflitos e dos problemas políticos se multiplicaram, fato que tem grande impacto na formulação e constituição de políticas públicas de juventude”. (CUNHA, 2011)

Essa postura rompe com as formas tradicionais de atendimento à criança e adolescentes utilizadas até então; a partir da

[...] “década de 1990, no Brasil, pode ser tomada como um divisor de águas nas políticas de proteção infanto-juvenil, que representou a ‘ruptura paradigmática’ do conceito de Infância e trouxe como consequência, não só discussões e críticas, mas também propostas de outros paradigmas e decorrentes metodologias de análise, apresentadas como alternativas ao paradigma clássico”. (CACCIA-BAVA et al, 2008, p. 10)

E ainda assim, a legislação vigente na época deixava à margem uma camada dessa população, pois, mesmo com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), [...] passou-se a considerar crianças e adolescentes, como cidadãos em desenvolvimento, ancorados numa concepção plena de direitos. No entanto, a juventude não surge, nesse contexto, como protagonista com identidade própria, uma vez que parece reforçar a imagem do jovem como um problema, especialmente em

questões relacionadas à violência, ao crime, à exploração sexual, à “drogadição”, à saúde e ao desemprego.

A partir dessa concepção limitada, os programas governamentais procuraram apenas – e nem sempre com sucesso – minimizar a potencial ameaça que os jovens parecem representar para a sociedade. (KERBAUY, 2005).

Vários projetos foram criados visando especificamente esse público alvo; buscando transformar positivamente o paradigma de juventude problemática no imaginário social, com diálogo e compreensão entre as gerações, o que segundo Silva e Silva (2011) se traduz por uma vontade na ‘nova ordem mundial’ que o jovem seja ‘partícipe de sua construção’ e salienta a necessidade de mudança, na relação do Estado e da sociedade com a juventude, e, sobretudo para a juventude rural<sup>2</sup>. (p.663)

Outrossim, “entende-se que a juventude, destacando-se aqui, particularmente, a juventude brasileira, requer um urgente investimento econômico, educacional, cultural, político e social, que considere a sua realidade como coletivo, a sua diversidade, resultante das determinações sociais, e seja capaz de efetivar uma política pública nacional de juventude”. (SILVA; SILVA, 2011, p. 664).

### **Políticas Públicas para juventude**

Uma das modalidades do programa de políticas públicas para juventude, o ProJovem Campo – Saberes da terra,<sup>3</sup> que se caracteriza por ser um programa de escolarização de jovens agricultores (a) familiares<sup>4</sup> em nível fundamental na modalidade educação de jovens e adultos (EJA), integrando qualificação social e profissional.

O PROJOVEM, que foi instituído pela Medida Provisória nº 411/07 tendo como finalidade a elevação do grau de escolaridade do educando visando o desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã através de quatro modalidades de ação: I) ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; II) ProJovem Urbano; III) ProJovem Trabalhador; e IV) ProJovem Campo.

<sup>2</sup>Acréscimo da autora.

<sup>3</sup>Texto produzido pela Equipe Executiva do ProJovem Campo – Saberes da Terra, CGEC/SECADI/MEC.

<sup>4</sup>São considerados jovens agricultores familiares aqueles definidos pela lei 11.326/06.



As informações a seguir, são do site do Ministério de Educação - CGEC/SECADI/MEC, sobre o programa ProJovem Campo, cujo surgimento se dá em 2005, vinculado ao Ministério da Educação, através da secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI) com a meta de escolarização de 275.000 jovens agricultores/as de diferentes estados e regiões do Brasil e sua posterior junção com o programa Saberes da Terra<sup>5</sup>

Nos dois primeiros anos de sua existência, o Programa Saberes da Terra, atingiu a formação de jovens agricultores/as que vivem em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos e de pequenos agricultores.

Estas experiências pedagógicas realizadas viabilizaram a escolarização em nível fundamental integrada à qualificação social e profissional, em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Atualmente, o Programa Saberes da Terra, integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM e passou a se denominar ProJovem Campo – Saberes da Terra<sup>6</sup>.

O grupo dos jovens de 15 a 29 anos de idade correspondia a 27,3% da população em 2004, passando a 24,1%, em 2014, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2012/2014).

O ProJovem Campo – Saberes da Terra está centrado nos jovens camponeses de 18 a 29 anos, sendo que, um total de 8.060.454 jovens, nesta faixa etária, vive nas áreas rurais. A escolaridade média da população rural de 15 anos ou mais, corresponde a menos a metade, do índice entre a população da área urbana<sup>7</sup>; em média com 8,5 anos de estudos concluídos com sucesso, e a população da área rural que tem apenas 4,5.

<sup>5</sup> Programa Saberes da Terra - Programa Nacional de Educação Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares; iniciada em 2005 em 12 Unidades da Federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC) junto às Secretarias Estaduais de Educação, representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação – UNDIME, Associação de municípios Cantuquiriguaçu, entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo. O biênio 2005 - 2006 foi de implantação do Projeto Piloto Saberes da Terra; com a formação de 5 mil educandos.

<sup>6</sup> O ProJovem Campo – Saberes da Terra é uma ação integrada entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI), DPEJUV – Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude – CGPJUV – Coordenação Geral de Políticas Pedagógicas para a Juventude e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Presidência da República.

<sup>7</sup> Educação no Brasil melhora, mas desigualdades ainda criam barreiras. Relatório do UNICEF revela que País precisa tratar de maneira diferenciada as parcelas mais vulneráveis da população para que os avanços já alcançados beneficiem todas e cada uma das crianças e adolescentes.

A escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade aumentou de 2004 a 2014, passando de 6,4 para 7,8 anos de estudo completos, o que não equivale nem ao ensino fundamental completo (Tabela 3.12, p. 44, IBGE 2015).

Os dados da PNAD indicam a existência, em 2014, de 67,1 milhões de domicílios particulares no Brasil, sendo 67,0 milhões deles, domicílios particulares permanentes, e outros, cerca de 100 mil domicílios particulares improvisados; que não fizeram parte da pesquisa, dado a transitoriedade dos moradores. As áreas urbanas concentram 86,0% dos domicílios particulares brasileiros – os 14,0% restantes localizam-se em áreas rurais. (Tabela 6.1, p. 74, IBGE 2015).

Esse indicador entre os habitantes da área urbana é de 8,7%. Apenas, pouco mais de um quinto dos adolescentes da área rural está matriculado no Ensino Médio. Nas escolas do campo, a defasagem idade-série nas séries iniciais do Ensino Fundamental é de 41,4%. Nos anos finais é de 56%, e no Ensino Médio sobe para 59,1%.

Para enfrentar esses índices alarmantes de exclusão educacional, o programa Projovem Campo Saberes da Terra atendeu desde 2008 uma parcela de 35 mil jovens agricultores familiares em parceria com 21 estados, 3 municípios e movimentos sociais de todas as regiões do país e pretendendo atingir 275.000 jovens agricultores, com metas de atendimento para aqueles que residem nos Territórios da Cidadania<sup>8</sup>.

Conforme dados, da síntese dos indicadores sociais do IBGE, sobre a avaliação a respeito da realidade educacional brasileira, houve evolução da taxa de analfabetismo nos últimos dez anos entre as pessoas de 15 anos ou mais, sendo que, da população rural com 15 anos ou mais, 25,8% são analfabetos. Houve uma queda de 3,2 pontos percentuais nessa taxa nos últimos 10 anos, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,5%, em 2004, para 8,5% em 2013, e para 8,3% em 2014 (Tabela 3.14, p. 47, IBGE 2015).

De acordo com os dados mais recentes, a maior incidência de analfabetismo ocorre entre homens (8,8%), entre os de cor preta ou parda (11,5%) e entre aqueles com idade acima dos 65 anos (27,7%). Outras dimensões pertinentes são a renda, a região de residência e situação do domicílio. A taxa de analfabetismo é maior entre aqueles que

<sup>8</sup> Territórios da Cidadania: Programa do Governo Federal lançado em 2008 que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Em 2009 o Programa foi ampliado de 60 para 120 Territórios da Cidadania; sendo que foram escolhidos por apresentar o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País e baixo dinamismo econômico.



pertencem ao quinto mais pobre (13,9%), entre os que residem na Região Nordeste (16,9%) e entre aqueles que estavam nas áreas rurais (20,8%). Vale ressaltar que entre os jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade o analfabetismo está praticamente erradicado, com taxas de 1,0% e 1,6%, respectivamente.

A redução desse índice também foi alta entre as pessoas de 25 a 59 anos de idade (de 11,5% para 7,0%). Do total de analfabetos de 15 anos ou mais, 50,7% têm de 25 a 59 anos de idade, representando um montante superior a 6,5 milhões de pessoas. De fato, este é o grupo mais presente entre aqueles que frequentam curso de alfabetização e educação de jovens e adultos, cuja maioria dos estudantes é mulher (57,9%), de cor ou raça preta ou parda (70,8%), reside na Região Nordeste (50,8%) e nas áreas urbanas (68,3%).

Verifica-se com este estudo uma mudança no perfil educacional da população brasileira, já que [...] “Em termos gerais, foi verificado aumento de frequência nos três níveis de ensino, especialmente na educação infantil. O ensino médio permanece com uma taxa de frequência líquida, abaixo da desejada, apesar do aumento significativo desta nos últimos dez anos. Além disso, os índices de qualidade do ensino, evidenciam que as metas nacionais têm sido alcançadas em todas as etapas da educação básica, mas que as desigualdades de desempenho dos alunos por rede de ensino, ainda permanecem elevadas”. (BRASIL, 2009-projetobase).

Dessa forma, a escolarização fundamental dos jovens agricultores/as familiares integrados à qualificação social e profissional torna-se uma estratégia político pedagógica, para garantir os direitos educacionais dos povos do campo, por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino, que sejam estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável como possibilidades de vida, trabalho e constituição dos sujeitos cidadãos do campo.

A organização curricular, os tempos e espaços formativos do programa estão fundamentados no eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade, ampliando assim as dimensões de atuação na formação do jovem agricultor, definindo os seguintes eixos temáticos: Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; Economia Solidária; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque Territorial.

Os eixos temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudo para a elevação da escolaridade dialogando com o arco ocupacional

Produção Rural Familiar e as seguintes ocupações: sistemas de cultivo, sistemas de criação, extrativismo, agroindústria e aquicultura.; e possui como base técnica comum a Agroecologia, abrangendo as esferas da produção e da circulação.

O currículo do ProJovem Campo também dialoga com as áreas de conhecimento: Linguagem (código e suas tecnologias); Ciências Humanas, Ciências Naturais; Ciências Exatas e Ciências Agrárias. Essa proposta de organização curricular busca as contribuições da História, Biologia, Geografia, Matemática, entre outras áreas de conhecimento que compõe o currículo do ensino fundamental, integrando o mundo do trabalho e da cidadania, valorizando os saberes das diferentes práticas produtivas camponesas; as tradições históricas, culturais e os acúmulos tecnológicos e organizacionais cada vez mais presentes entre os agricultores familiares do Brasil.

A execução, da proposta pedagógica e curricular, acontece por meio da realização de atividades educativas em diferentes tempos e espaços formativos, sendo o “Tempo Escola, ” o período no qual, os jovens permanecem efetivamente na unidade escolar com atribuições de aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos dos eixos temáticos, planejamento e execução de pesquisas, atividades de acolhimento e organização grupal, entre outras atividades pedagógicas.

E o “Tempo Comunidade, ” correspondente ao período no qual, os educandos realizam pesquisas, estudos e experimentações técnico-pedagógicas nas comunidades, com o objetivo de partilharem seus conhecimentos e suas experiências adquiridas na escola, com as famílias ou instâncias de organização social.

O “Tempo Escola” e o “Tempo Comunidade” são espaços formativos privilegiados de articulação entre estudo, pesquisa e criação de propostas de intervenções tais como: leitura, escrita, arte, afirmação da diversidade étnica, cultural e de gênero; o desenvolvimento do espírito coletivo e solidário; superação dos valores de dominação, preconceito étnico raciais e desigualdades existentes na relação campo–cidade; desenvolvendo a autonomia e a solidariedade produtiva.

É importante considerar que a convergência entre a organização curricular e os tempos/espaços formativos deve apontar para o levantamento das necessidades apontadas pelos jovens e pela comunidade, através da pesquisa e sistematização dos dados, das discussões e dos diálogos suscitados, sendo o momento pedagógico no qual educadores, educandos e técnicos agrícolas, planejam e realizam ações que envolvam a comunidade e instituições próximas, onde discutem alternativas coletivas para geração

de emprego e renda, além de políticas de desenvolvimento sustentável e de agroecologia.

E através destas experiências, verificaremos se o programa ProJovem Campo Saberes da Terra, por meio de sua proposta político pedagógica, possibilita a formação de Capital Social, para o exercício da cidadania e consolidação de atores coletivos?

### **O Projovem Campo Saberes da Terra e a formação do capital social.**

Analisaremos a implementação do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra, nos locais definidos pelo programa e pelas entidades executoras, e sua contribuição para a construção de capital social de seus educandos, na perspectiva do desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida dos jovens do campo; considerando, se a rede de conhecimentos e relações, construída na formação ‘tempo escola e tempo comunidade’, configura-se, ou não, a construção de capital social dos jovens formados pelo referido programa.

A formação do capital social, como um recurso potencializador, na perspectiva do desenvolvimento pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra, junto aos beneficiários, com partilha de conhecimentos adquiridos, pelos mesmos, durante seu “Tempo Escola,” só se converterá eficazmente em benefícios para a comunidade, se o processo se der através de metodologias apropriadas, capazes de favorecer a propensão à constituição de rede de relações, a qual propiciará que o aprendizado dos jovens seja, capaz de produzir mudanças práticas no cotidiano do grupo e da comunidade como um todo.

Entre os diversos autores que contribuem para a formação da base conceitual do capital social, é explicitamente aceita a ideia que se pode construí-lo, direta ou indiretamente, realizando uma sinergia, que é potencial, entre organizações civis e governo.

Na opinião de Durston (2000), fortalecer a participação a nível comunitário associativo pode ser chave para articular os serviços públicos com o indivíduo e o domicílio, em especial nos programas para superação de pobreza.

O uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços comunitários acompanharam todo o processo, sendo que primeiramente, os agentes externos investiram na capacitação, fortalecendo destrezas sociais, capacidades de

diagnóstico, comunicação e planejamento e em segundo, oportunizaram espaços para que tais habilidades fossem executadas na formação de capital social.

De acordo com Brasil (2009), a escola formadora de sujeitos, articulada à um projeto de emancipação humana, estimula a criação de um espaço de convivência social com [...] “seres sociais responsáveis e livres, capazes de refletir sobre suas atividades, capazes de ver e corrigir os erros; capazes de cooperar e se relacionar eticamente; porque ele mesmo, não desaparece nas suas relações com o outro. Portanto, a educação como formação de emancipação humana, age também como uma ação cultural.”

Afirma ainda que, é necessário valorizar todos os saberes do educando, de suas famílias e comunidades, em seu processo educativo, estabelecendo diálogos que contribuam tanto para a aprendizagem, bem como, para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos, compreendendo que a educação do campo ocorre tanto nos espaços escolares como fora deles [...] “Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Portanto, não são apenas os saberes construídos na escola, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A escola do campo é um espaço específico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens, se constituindo assim, num local de encontro das diferenças, pois é, nelas que se produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.” (BRASIL, 2008, 2009).

O Projovem Campo Saberes da Terra busca uma experiência educativa vinculada à realidade de seus alunos, valorizando tanto o espaço geográfico, tanto quanto o modo de vida de seus alunos, valorizando seus saberes e enriquecendo suas [...] “experiências de vida, não em nome da permanência, nem da redução destas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença. Uma escola que possibilite aos educandos/as condições de optarem sobre o lugar onde desejam viver, e produzir as suas existências. (Ibidem).

Considerando que o objetivo do Programa, segundo Brasil (2009), é contribuir para a formação integral do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário, de seus núcleos familiares e comunidades, por meio de atividades curriculares e pedagógicas e, considerando ainda, que o acompanhamento e as avaliações previstas, estão orientados para a verificação da oferta das condições necessárias, e o alcance de metas previstas, torna-se imprescindível que se promova avaliações, no sentido de verificar sua eficácia como política pública de

desenvolvimento, indo, portanto, além de procedimentos de avaliação da eficiência de seus instrumentos e meios, e para tanto, escolhemos trabalhar com o conceito de capital social.

O conceito de Capital Social, segundo Franco (2001), tornou-se importante a partir da década de 1990, porém a ideia em si não é nova, tendo sido Alexis de Tocqueville (1805-1859), a primeira pessoa a descrever o fenômeno em que o conceito de Capital Social quer captar e posteriormente Lyda Judson Hanifan, (1879-1932). Na sociologia a primeira pessoa a explorar o termo foi Jane Jacobs (1916-2006) e no âmbito das questões ligadas ao desenvolvimento destacam-se como pioneiros o sociólogo Ivan Light (1972) e o economista Glenn Loury (1977).

O sociólogo Pierre Bourdieu (1998) elaborou um conceito mais completo, definindo capital social, como sendo [...] “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento’ sendo que o volume de capital social que um indivíduo possui depende da [...] ‘extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar’ e do volume do capital pertencente a quem está ligado”.

A rede de relações, que o sujeito pode travar com outros, e o volume do capital econômico, simbólico e cultural pertencente a esses pares, a quem ele se liga, é que estabelecem o volume do capital social do próprio sujeito.

Bourdieu (1998) trabalha o conceito de capital social, começando por dizer que a sua noção: [...] impôs-se como o único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendidos no nível dos agentes singulares – em que se situa inevitavelmente a pesquisa estatística -, não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado... (p. 67).

As relações, entre os sujeitos, estabelecem-se por meio de trocas, as quais possibilitam a comunicação e o reconhecimento entre eles, assim sendo, nas palavras de Bourdieu, [...] a troca transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites, isto é, os limites além dos quais a troca constitutiva, comércio, comensalidade, casamento, não pode ocorrer”... (1998, p. 68).

Finalizando suas colocações, Bourdieu acrescenta que o capital social, que possibilita a existência de um grupo, é delegado de forma muito desigual, dentro do mesmo, muitas vezes sendo, este capital, reduzido a um agente, em particular.

Nos termos do autor, os grupos instituídos, delegam seu capital social a todos os seus membros, mas em graus muito desiguais (do simples leigo ao papa, ou do militante de base ao secretário geral), podendo todo o capital coletivo, ser individualizado num agente singular que o concentra e que, embora tenha todo seu poder oriundo do grupo, pode exercer sobre o grupo (e em certa medida contra o grupo) o poder que o grupo lhe permite concentrar... (BOURDIEU, 1998, p. 69)

Em recente pesquisa, PNAD 2014, os dados obtidos sobre a relação estudo e trabalho na juventude, na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, comprovam essa afirmação, já que a proporção da juventude que somente estuda [...] “no grupo de 15 a 17 anos de idade, cabe destacar que, aumentou de forma mais significativa, passando de 59,3% para 67,0% no mesmo período; diminuindo a proporção de jovens que estudavam e trabalhavam na semana de referência, 22,6% para 17,3%, entre 2004 e 2014 (Gráfico 2.5). Este resultado tem efeitos positivos na formação desses jovens, uma vez que, ao abrir mão do trabalho para a dedicação exclusiva aos estudos, o jovem tem maiores condições de ampliar sua qualificação para as etapas superiores de sua formação educacional, que poderá resultar numa melhor inserção no mercado de trabalho<sup>5</sup> e participação mais qualificada na vida social e política de sua comunidade”. (IBGE, p. 24, 2015).

Durstun (1998, 2000), afirma que, em alguns casos, as capacidades de autogestão e de participação políticas são desenvolvidas pelas próprias pessoas da comunidade, sem um maior apoio externo, mas a dupla função dos agentes externos, como provedores das metodologias disponíveis nesse campo e como ‘guarda chuvas protetores’ durante a fase inicial de constituição de um novo ator social no cenário microrregional, é essencial para que o capital social de agricultores pobres se desenvolva com rapidez e segurança.

Para que haja formação de capital social, a política pública ou ação de intervenção deve investir nas capacidades/habilidades das pessoas em negociar, gerenciar, comunicar, participar e mobilizar recursos; deve também investir na criação de espaços para que essas habilidades sejam exercitadas, e por fim devem criar mecanismos de proteção desses espaços, ainda frágeis, frente a ações paternalistas e conservadoras, contrárias à mobilização de base comunitária. (DURSTON, 1998; 2000).



## Considerações finais

A Educação no Campo tem como base a luta de movimentos sociais camponeses, trazendo [...] de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, e com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses, ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho, pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio.

A luta dos trabalhadores, para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento, vem se ampliando e [...] “faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade, e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural, não só mantiveram o quadro precário de escolarização no campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território”. Molina (2006, p.11).

A escola deve ser um espaço motivador e integrador, o presente programa trata com um público e contexto específico, que necessita que as metas do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, para serem atingidas, integrem saberes locais, uma vez que, uma das propostas do referido programa é o de desenvolver propostas pedagógicas e metodologias adequadas para expandir a educação básica e melhoria da qualidade, da oferta e oportunidades, de aprendizagem aos jovens agricultores e agricultoras beneficiados pelo programa, contribuindo para a redução de disparidades entre a realidade da educação urbana e rural.

O Programa ProJovem Campo busca contribuir, para a diminuição dessa desigualdade social e escolar, através de uma prática pedagógica inovadora, permitindo que o aprendizado adquirido em sala de aula, seja aplicado na comunidade de origem incentivando o protagonismo do educando.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. O capital social — notas provisórias. In: NOQUEIRA, M. A. e CATANI, A. (org.). **Escritos de educação**. 4ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 65-69. 1998.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires, **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 31, Paris, Centro de Sociología Europeo, 1980

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base: ProJovem Campo –Saberes da Terra**, edição 2009.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6. ago. 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 29 – 34 **Síntese de Indicadores Sociais** - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012/2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p.

CACCIA-BAVA A.; SILVESTRE, E.; SILVA, P. C. da **O figurino do capital social e do controle social: experiências públicas sobre infância no Brasil**. Segurança Urbana e Juventude, Araraquara, v.1, n.2, 2008

CALIARI, H. F.; SIQUEIRA, M. S. Conversando sobre juventude. In: Lutas Sociais e Exercício Profissional no Contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, **Anais**. Brasília: CFESS, CRESS 8ª Região, ABEPSS, ENESSO, 2010.

CUNHA, P. R. C. da. A participação política juvenil e o conhecimento sobre políticas públicas de juventude no Brasil. **Revista Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v. 4, n.1-2, 2011.

KERBAUY, M. T. M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005

DURSTON, J. **Construção do Capital Social em comunidades rurais (Onde ele não existe)**. Santiago – Chile: CEPAL, 1998.

DURSTON, J. **¿Qué és el capital social comunitario?** División de Desarrollo Social. Serie Políticas Sociales. Santiago do Chile, jul. 2000.

FRANCO, A. de. **Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Instituto de Política Milenium, 2001

MOLINA, M. C. (Org.) **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: INCRA, NEAD/ MDA, 2006.

OLIVEIRA, E. C.; BARBOSA F. C. J. Educação de jovens e adultos e educação do campo: políticas públicas e os sentidos do direito à Educação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 413-431, jul. /dez. 2011.

PARIZOTTO, A. P. A. V.; TONELLI, M. J. F. Juventude: desafiando a definição predominante através dos tempos. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 23, n. 41 p. 91-92, abr./jun. 2005. Resenha: GROPPPO, L. A. (2000). Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel.

SAVAGE, J. **A Criação da Juventude - como o conceito de teenager revolucionou o século XX**, tradução: Talita M. Rodrigues, Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SILVA, R. S. da.; SILVA, V. R. da Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

### Como referenciar este artigo

APOLONIO, Elaine Aparecida de Souza. O Projovem Campo Saberes da Terra e sua contribuição para a formação e desenvolvimento do capital social pelos jovens agricultores (as) familiares. **Temas em Educ. e Saúde**, Araraquara, v.13, n.1, p. 24-40, jan./jun. 2017. DOI <<https://doi.org/10.26673/rtes.v13.n1.jan-jun2017.3.9512>>. ISSN: 1517-7947.

**Submetido em:** 09/05/2017

**Aprovado em:** 20/08/2017